

Anticolonialismo, Descolonização e Guerra de Libertação Nacional: Revolução e Contrarrevolução na Independência de Moçambique (1975)

Gustavo Henrique da Rosa

RESUMO

A independência de Moçambique, proclamada em 25 de junho de 1975, marcou o fim do domínio colonial português, a vitória de uma revolução nacional anticolonialista e, enfim, o surgimento de um novo país soberano na África. O processo de independência foi o resultado de décadas de resistência e luta anticoloniais do povo moçambicano, liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Esta luta de libertação nacional anticolonialista trouxe consigo desafios significativos na construção de uma nação soberana e, apesar de sua vitória em sua guerra civil aberta, enfrentou enormes desafios na busca por estabilidade política e desenvolvimento econômico no contexto histórico pós-independência, em especial com seu grupo anticomunista antagônico, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), incorporado esse grupo paramilitar anticomunista no sistema político de Moçambique na década de 1990, no contexto pós-Guerra Fria.

Palavras-chave: FRELIMO, RENAMO, Independência, Moçambique, Socialismo.

ABSTRACT

The independence of Mozambique, proclaimed on June 25, 1975, marked the end of Portuguese colonial rule, the victory of an anti-colonialist national revolution and, finally, the emergence of a new sovereign country in Africa. The independence process was the result of decades of anti-colonial resistance and struggle by the Mozambican people, led by the Mozambique Liberation Front (FRELIMO). This anti-colonialist national liberation struggle brought with it significant challenges in the construction of a sovereign nation, and, despite its victory in open civil war, it faced enormous challenges in the search for political stability and economic development in the post-independence historical context, especially with its antagonistic anti-communist group, the Mozambican National Resistance (RENAMO), incorporating this anti-communist paramilitary group into the democratic political system of Mozambique in the 1990s, in the post-Cold War context.

Keywords: FRELIMO, RENAMO, Independence, Mozambique, socialism.

INTRODUÇÃO

Esse TCC estuda o processo de independência de Moçambique, consumado em 1975. Tratou-se de um marco histórico do anticolonialismo, descolonização e da luta pela libertação do domínio colonial português, evento complexo influenciado por várias forças políticas africanas, com destaque para a Frente de Libertação de Moçambique, conhecida pela sigla FRELIMO, no campo da revolução nacional, e com ênfase na Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), no campo do anticomunismo e da contrarrevolução. A FRELIMO e a RENAMO desempenharam

papéis distintos, antagônicos, no processo de independência e na guerra civil que a antecedeu. A FRELIMO, fundada em 1962, foi um movimento de libertação nacional que buscou a independência de Moçambique por meio da luta armada e da guerrilha. Liderada por Samora Machel, a FRELIMO conseguiu unir várias facções e grupos locais em sua causa anticolonial e de libertação nacional, adotando uma ideologia socialista de tipo marxista-leninista.

Sua luta armada, apoiada por países socialistas realmente existentes como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ganhou força e pressionou as autoridades coloniais portuguesas a negociarem a descolonização e o reconhecimento da independência de Moçambique como um país soberano. A independência de Moçambique foi alcançada em 1975, após um processo de descolonização que envolveu negociações internacionais e um referendo na Organização das Nações Unidas (ONU). A FRELIMO assumiu então o poder e estabeleceu um Estado-nação oficialmente socialista, buscando implementar reformas políticas e econômicas na órbita da política internacional soviética. No entanto, enfrentou enormes desafios, sobretudo aquele vindo de seu principal antagonista interno.

A RENAMO, a sua vez, foi criada em 1975, inicialmente com apoio estrangeiro, principalmente da Rodésia (atual Zimbábue) e da África do Sul, regimes ditatoriais e de *apartheid* racial com supremacismo branco como ideologia oficial de Estado. A RENAMO contestou a hegemonia da FRELIMO e iniciou uma insurgência armada contra ela, de fato, uma operação de contrarrevolução anticomunista. O conflito civil convertido em guerra civil que se seguiu, que durou até 1992, foi devastador para o país recém-independente, com consequências humanitárias profundas, significativas e de difícil superação. Após um acordo de paz em 1992, a RENAMO transformou-se em um partido político e o país buscou estabelecer um processo de reconciliação política e nacional. Entretanto, as cicatrizes do conflito de décadas ainda afetam o país, repercutindo em questões de (sub)desenvolvimento e (in)segurança. A Independência de Moçambique e a subsequente história do país enquanto Estado-nação e país soberano são marcadas ainda hoje por complexos desafios políticos, econômicos e sociais. E a história do conflito FRELIMO E RENAMO explicam os dilemas e desafios presentes.

Desse modo, tanto a FRELIMO quanto a RENAMO tiveram papéis fundamentais na trajetória de Moçambique. A luta da FRELIMO, que articulou uma dimensão anticolonial de independência nacional com uma proposta revolucionária de criação do “homem novo”, mostrou-se fundamental à Independência de Moçambique. A RENAMO, incluída no sistema político pós-Guerra Fria e tendo abandonado sua violência anticomunista da época da Guerra fria, também marcou a estabilidade e a governança democráticas de Moçambique na década de 1990. A nação continua a enfrentar sérios desafios estruturais, entretanto, para a construção de um futuro de bem-estar social e pacífico. O Estado-nação independente, assim, ainda hoje paga um preço alto por ter sido conquistado a partir de uma luta anticolonial de libertação nacional contra Portugal, com guerra civil e posterior deposição de armas que, enfim, viabilizaram a construção de um regime político democrático nesse país africano

1. CONTEXTO DA REVOLUÇÃO DE MOÇAMBIQUE

1.2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE MOÇAMBIQUE

Moçambique, oficialmente nomeada República de Moçambique, é um país situado no sudeste do continente africano, com uma extensão territorial de aproximadamente 801.590 mil quilômetros quadrados. Banhado pelo Oceano Índico a leste, faz fronteira com a Tanzânia ao norte, Malawi e Zâmbia ao noroeste, Zimbábue a oeste e Suazilândia e África do Sul a sudoeste. Sua capital é Maputo, e o idioma oficial é o português, com a moeda em uso sendo o Metical. A população de cerca de 31.071.755 habitantes está distribuída em 11 províncias e 154 distritos.

FIGURA 1- MAPA DA REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE



<https://thumbs.dreamstime.com/z/mozambique-administrative-map-division-47477192.jpg>

1.2 O ÚLTIMO REI DE GAZA

A história de Ngungunhane, o último rei de Gaza, é contada como um épico de resistência contra a ocupação colonial portuguesa no território moçambicano. Ao herdar o trono após uma guerra de sucessão, Ngungunhane, inicialmente diplomático, viu-se confrontado com a crescente pressão de Portugal para consolidar agressivamente seu poder na região. A ofensiva militar de 1895, liderada por Antônio Eanes, resultou na captura do "Leão de Gaza", como era conhecido Ngungunhane, que foi então deportado para Portugal. Lá, exposto ao público,

Ngungunhane viveu o resto de seus dias em exílio, convertido ao cristianismo e batizado como Reinaldo Frederico Gungunhane. Sua morte em 1906 encerrou uma saga marcada por conflitos, intrigas políticas e a transformação forçada de um líder da resistência anticolonial em um exilado convertido ao cristianismo.

FIGURA 2- REI NGUNHANE



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ngungunhane>

Segundo o escritor moçambicano Mia Couto:

A memória de Ngungunhane foi concebida para promover a unidade nacional entre as novas gerações. Contudo, vários especialistas consideram que o objetivo de uma efetiva unidade nacional está ainda longe de ser alcançado. Um século depois da derrota e capitulação de Ngungunhane, a sua resistência ao colonialismo português é ainda lembrada pela violenta opressão perpetuada por Portugal contra inúmeros de seus súditos (COUTO. Mia, 2018).

1.3 A FORMAÇÃO DA FRELIMO

A formação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 25 de junho de 1962 foi impulsionada pelo surgimento do nacionalismo entre os moçambicanos. Os movimentos políticos iniciais, como UNAMI, União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e a *Mozambique African National Union* (MANU, à maneira da KANU do Quênia), desempenharam papéis estratégicos ao unirem forças na luta contra o colonialismo português. A consolidação da FRELIMO teve como objetivo primordial a construção da unidade nacional, a superação do estatuto político colonial, tendo sido um grupo político e militar essencial para organizar e unificar

diversos movimentos anticolonialistas no território moçambicano. Nesse contexto, Eduardo Chivambo Mondlane, professor universitário nos Estados Unidos da América (EUA) e funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU), emergiu como o líder e mentor principal da FRELIMO, cuja fundação resultou da fusão dos citados movimentos nacionalistas.

A FRELIMO foi fundada em Dar-Es-Salaam na Tanzânia, em 25 de junho de 1962, quando três organizações Nacionalistas de base regional – a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a Mozambique African National Union (MANU, à maneira da KANU do Quênia), e a União Nacional Africana de Moçambique (UNAMI), fundiram-se em movimento guerrilheiro de base ampla, sob os auspícios do presidente antropólogo Eduardo Chivambo Mondlane. A recém-formada FRELIMO, estabeleceu sua sede em 1963 na cidade de Der-es-Salaam. (FRELIMO, 1962).

FUGURA 3- FUNDAÇÃO DA FRELIMO



FONTE: [https://delagoabayword.files.wordpress.com/2011/11/10-gov-de-moc3a7- Independente.jpeg](https://delagoabayword.files.wordpress.com/2011/11/10-gov-de-moc3a7-Independente.jpeg)

A FRELIMO organizou-se durante o primeiro congresso, realizado de 23 a 28 de setembro de 1962, em Dar-Es-Salaam, na Tanzânia. Nesse evento crucial, representantes de diferentes regiões de Moçambique uniram-se para oficializar o movimento, decidindo as estratégias e táticas políticas e militares pelas quais lutariam pela libertação nacional de Moçambique. Com um lema que ecoava pela independência, o congresso da FRELIMO estabeleceu a estratégia de luta armada como meio para liquidar o domínio colonial português, delineando assim o caminho em direção à autonomia nacional.

No seu primeiro Congresso, a FRELIMO definiu uma plataforma capaz de unir todos patriotas Moçambicanos, fixou como objetivo central a libertação nacional e determinou a estratégia e a tática para atingir esses objetivos. Definiu ainda o papel fundamental da unidade no processo de Libertação Nacional, pois a divisão era a causa maior do fracasso da resistência histórica ao Colonialismo (FRELIMO, 1977, p.24).

1.4. FORMAÇÃO DOS GRUPOS GUERRILHEIRO

A criação da FRELIMO e a formação de grupos guerrilheiros para treinamento militar constituíram passos importantes na luta pela Independência de Moçambique. Inicialmente, em resposta aos objetivos do Congresso, os primeiros contingentes foram enviados para treinamento na Argélia e posteriormente para China, Egito, Israel e a URSS. Em 1963, a Argélia recebeu três grupos de moçambicanos liderados por Filipe Samuel Magaia, Samora Moises e Machel António Silva, treinados em táticas de guerrilha, criando-se campos de treino militar em Bagamoyo (1963) e Kongwa (1964), em Moçambique, após o retorno dos combatentes. A presença de instrutores militares chineses nesses campos também evidencia as parcerias internacionais estabelecidas pela FRELIMO para fortalecer suas capacidades militares no contexto histórico-global da Guerra Fria.

A FRELIMO, em maio de 1964, enviou seu primeiro grupo de onze guerrilheiros para a China, liderados por Filipe Samuel Magaia. Entre eles estavam figuras como José Macamo, José Phahlane Moiane, Cândido Mondlane, Paulo Samuel Kankhomba, Alfredo Maria Manuel, Matias Victor, Inoque Mitsler, Francisco Mandego, Francisco Kufa e Sebastião Marcos Mabode. Enquanto a URSS acolhia os recrutas moçambicanos, países como Egito, Gana e Israel, sob a órbita dos EUA, ofereciam assistência militar e formação para outros quadros moçambicanos, anticomunistas e contrarrevolucionários.

Nessa guerra entre a revolução nacional e a contrarrevolução colonialista, visando manter uma retaguarda segura e estratégica na Tanzânia, a FRELIMO criou um estabelecimento militar que servia como base e postos de treinamento, que denominavam Centro de Formação do Homem Novo (PACHINUAPA, 2005, p.12).

A História oficial de Moçambique construída pela FRELIMO destaca a figura de Alberto Chipande como o autor do primeiro tiro na guerra contra o colonialismo português, ocorrido em Chai, no distrito de Mueda, na província de Cabo Delgado, em 25 de setembro de 1964. No que diz respeito ao efetivo da FRELIMO nas operações, o contingente esteve assim constituído:

“Em 1964, a guerrilha contava com 250 homens, contra 35 mil soldados portugueses; em 1967, a FRELIMO atingia 8 mil homens treinados, contra os efetivos de aproximadamente 65 mil a 70 mil soldados portugueses” (Mondlane, 1995, p. 114).

1.5. O CONFLITO ENTRE PORTUGAL E MOÇAMBIQUE

Houve uma enorme disparidade entre as capacidades militares do poder colonial de Portugal e da colônia em luta para ser um país independente, Moçambique, durante o conflito aqui estudado. Apesar disso, embora Portugal possuísse uma superioridade em termos de força militar e recursos econômicos, seu poder colonialista enfrentava desafios significativos.

Todos esses fatores, conjugados, contribuíram para tornar o conflito em Moçambique um problema interno para o governo português, carecendo de apoio popular.

“Em Lisboa, por razões políticas e de propaganda, o governo procurou minimizar o conflito, encobrindo-o e qualificando a luta armada como um simples restabelecimento da ordem.” (CABAÇO, 2007, p.362-3). Como se tratasse de uma operação de manutenção da lei e da ordem contra revolucionários subversivos.

A FRELIMO, em contraste com o Exército colonial regular de Portugal, adotou uma estratégia de guerra não convencional, baseada em táticas de guerrilha na luta pela independência. Operando a partir de um santuário estratégico na Tanzânia, realizavam ataques de surpresa, causando consideráveis baixas ao Exército português. Sua abordagem consistia na formação de pequenos grupos, executando incursões rápidas, sabotagem e ações eficientes de guerrilha, tais como atacar colunas militares e colocar minas em áreas estratégicas. Durante o período chuvoso, a dificuldade de perseguição aérea anulava a superioridade aérea de Portugal, enquanto as forças da FRELIMO, mais leves, podiam se movimentar facilmente pelo terreno e integrar-se às populações locais, escapando à detecção, na medida em que se confundiam com a população civil. A capacidade de auto abastecimento com recursos locais proporcionava à FRELIMO, ademais, independência logística, tornando sua resistência mais eficaz.

Importa registrar uma estratégia contrastante entre Portugal e a FRELIMO durante a Luta Armada em Moçambique. Enquanto Portugal buscava sucesso imediato em sua ofensiva, a FRELIMO aproveitava o conhecimento da região e a identidade com a população para fortalecer o sentimento de nacionalidade e consolidar seu Exército guerrilheiro. Apesar de enfrentar contradições internas, a FRELIMO superou as divisões e, em 1965, obteve avanços significativos no interior de Moçambique, consolidando-se como o verdadeiro movimento de libertação. O reconhecimento pela Organização de Unidade Africana e o apoio no Parlamento Sueco evidenciam a ascensão da FRELIMO como força política extremamente relevante na época.

Necessário demarcar, além disso, a evolução política e administrativa de Moçambique durante seu período colonial. Inicialmente designada como uma “Província” portuguesa, a FRELIMO utilizou os termos “Província” e “Distrito” de maneira intercambiável ao se referir ao mesmo território administrativo. Após resistir aos contra-ataques portugueses, a FRELIMO expandiu sua presença nas Províncias do Norte, estabelecendo sua própria administração, escolas e sistema de comércio, incluindo Lojas do Povo. O reconhecimento pela OUA em 1963 e a abertura de uma nova frente militar em Tete em 1968 são marcos importantes nessa história. A Conferência de Cartum, em 1969, solidificou o reconhecimento internacional da FRELIMO como a “única autoridade legítima” de Moçambique, respaldada pela Organização Afro-Asiática de Solidariedade e pelo Conselho da Paz com apoio soviético. Esse quadro oferece, assim, uma visão histórica abrangente desse período crucial.

1.6. AS ATIVIDADES DA FRELIMO

A FRELIMO, representando as vivências secularmente marcadas pela opressão colonial, consolidou as experiências compartilhadas de humilhação, deportação e assassinato. Ao sintetizar as tradições históricas de resistência, a FRELIMO uniu o povo de Rovuma ao Maputo sob um programa que refletia os interesses fundamentais da população, manifestando-se como o resultado histórico da luta multissecular. Diante das táticas coloniais de divisão, que exploravam estruturas sociais tradicionais e promoviam o fraccionismo tribal e regional, a FRELIMO emergiu como um catalisador da unidade necessária para superar o opressor comum. Em busca de uma direção política sólida para a libertação, originou-se ao partido que atualmente lidera a construção do futuro livre de Moçambique, rumo a uma de sociedade de inspiração socialista e democrática.

O papel do colonialismo português na divisão estratégica da sociedade, recorrendo-se a estruturas tradicionais e promovendo tribalismo e regionalismo para perpetuar a dominação colonial. Apesar dessa estratégia, o colonialismo lusitano trazia consigo contradições internas, diante de uma crescente vontade de unidade entre as pessoas oprimidas por Portugal. A FRELIMO emergiu como um catalisador dessa busca por unidade, oferecendo uma direção política para a libertação e dando origem ao partido que lidera a construção de uma sociedade socialista e democrática. As contradições comuns enfrentadas pelas massas populares em todo o território moçambicano, agravaram-se diante do repúdio às grandes companhias concessionárias e aos colonatos portugueses. Também o trabalho forçado é apontado como uma constante na vida dos moçambicanos colonizados, independentemente de tribo, religião ou localidade.

Por isso, os moçambicanos que em 1962 se reuniram em Dar-Es-Salaam no 1º Congresso da FRELIMO, provenientes de todas as regiões, tinham Experiências comuns. Eles tinham vivido sofrimentos comuns, traziam em si a semente da unidade forjada na dor comum (FRELIMO, 1962).

1.7. REVOLUÇÃO ANTICOLONIAL E PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

A FRELIMO, ao longo da história da luta de libertação nacional, consolidou sua essência popular por meio de métodos de trabalho eficazes, enfatizando soluções populares para superar contradições surgidas da luta anticolonial. As reuniões populares desempenharam um papel fundamental na organização da vida nas zonas libertadas, sendo espaços onde as massas participavam diretamente na definição de prioridades, distribuição de tarefas e responsabilidades, buscando internalizar o centralismo do espírito de camaradagem como uma nova forma de vida durante a situação de guerra. A divisão de tarefas era organizada a partir dessas reuniões, adaptando-se às necessidades do momento e às capacidades individuais.

“Das reuniões organizativas da vida do povo nas zonas libertadas, nasceu a divisão de tarefas, de acordo com as necessidades do momento e segundo as Possibilidades de cada um” (FRELLIMO, 1967).

Deve-se demarcar, também, a relação entre a FRELIMO e o povo moçambicano, destacando a importância da organização coletiva no planejamento e execução de tarefas. As sugestões para a organização do trabalho organizavam-se a partir das estruturas superiores da FRELIMO, refletindo a vida coletiva e o centralismo democrático. A tradição dessa união fortaleceu a FRELIMO como representante dos interesses e da luta histórica do povo moçambicano, evidência de um amplo processo social, político e ideológico de conscientização do protagonismo do povo como motor do processo revolucionário.

Para a FRELIMO o povo é uma entidade concreta. A FRELIMO, a vanguarda da Revolução combate com firmeza os que demagogicamente, Em nome do povo, se apresentam com seus representantes, para impor Interesses egoístas e sectários (FRELIMO, 1967).

1.8 A EXPERIÊNCIA DA REVOLUÇÃO

De acordo com Samora Moisés Machel, em seu texto de 1978 intitulado “Estruturar o Partido para Melhorar a Vida do Povo”, a experiência da revolução moçambicana destaca a conexão constante com as massas, promovendo a auscultação e discussão aberta dos problemas. Durante a luta de libertação e após a independência, houve um engajamento ativo na consulta popular para decisões partidárias e governamentais. Essa abordagem participativa se estende à organização das cidades e bairros comunais, reconhecendo o papel fundamental do povo como motor do avanço social.

Deve-se enfatizar que são as pessoas que possuem séculos de conhecimento acumulado e memória histórica, sendo capazes de encontrar soluções justas para seus problemas. Conforme programa político proposto pela FRELIMO, a prática contínua de recorrer ao povo serviria para fortalecer o pensamento comum, consolidando aspirações populares e fortificando a identidade nacional e de classe. A mensagem final deveria ressaltar a importância de ir ao povo fortalecer a unidade e enfrentar divisões, preparando-se para o combate e organizando a vitória da luta anticolonial e de independência nacional. “Vamos ao povo preparar o combate, para purificar as nossas fileiras, para organizar a nossa vitória.” (FRELIMO, 1967).

A Campanha Nacional de Estruturação do Partido, desencadeada após o III Congresso em 1977, emergiu como um notável capítulo na tradição revolucionária. Este episódio reitera o anseio popular pela Revolução, construindo-se então, via FRELIMO, uma estratégia na qual as massas são alicerces fundamentais para o triunfo do socialismo.

Deve-se fixar, ainda, que o processo de formação da FRELIMO deflagrado em 1962 articulou e reuniu diferentes grupos étnicos moçambicanos, como macondes, nianjas, senas, macuas, rongas e eajauas, na luta de combate ao colonialismo.

A constituição da FRELIMO em 25 de junho de 1962 marcou o avanço em direção à unidade nacional, conseguindo-se ultrapassar o ódio ao colonialismo em direção a uma luta mais qualificada e propositiva, fruto da experiência comum da luta. O texto enfatiza que as largas massas camponesas desempenharam um papel crucial na alimentação da luta e na construção de uma nova sociedade.

Nas zonas libertadas foram as massas camponesas que lançaram as bases da nova sociedade. A FRELIMO sempre recebeu apoio junto a população moçambicana, a qual ajudava o transporte de material bélico e gêneros Alimentares (FRELIMO, 1967).

1.9. O CONFLITO INTERNO DA FRELIMO

No entanto, ao organizar a vida nas zonas libertadas, a FRELIMO enfrentou desafios internos, com alguns membros que, apesar de lutarem contra o colonialismo, buscavam substituir-se a ele e continuar a exploração do povo. Esses novos exploradores, inicialmente enviados pela FRELIMO, conseguiram enganar as massas por um tempo, mas o próprio povo organizado o denunciou durante reuniões públicas, revelando uma contradição interna na luta pela libertação.

A citação da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), datada de 1967, destaca a dinâmica complexa nas zonas libertadas, onde a organização da vida desencadeava um conflito interno entre os interesses das massas e a ambição dos novos exploradores. Enfatiza a importância da linha correta da FRELIMO, que, ao contribuir para o enraizamento popular, permitia discernir as contradições principais e secundárias. A luta constante contra o colonialismo e a eliminação das forças reacionárias eram fundamentais para ampliar a base social e intensificar a resistência. A narrativa destaca o papel crucial das massas camponesas, educadas e organizadas pela FRELIMO, que, sob uma direção política adequada, alcançaram um elevado nível de consciência. Esse despertar permitiu que enfrentassem com sucesso tanto o colonialismo português quanto os exploradores internos, evidenciando a eficácia da luta armada de libertação nacional.

A busca pela inspiração na vida organizada dos camponeses durante a guerra popular de libertação é central para a construção da nova vida do Povo moçambicano independente. O campesinato, como sujeito histórico da sociedade democrática, desempenha um papel crucial no rápido crescimento da consciência de classe operária. A aliança estreita com o campesinato, sua interação com a produção organizada e a apropriação dos meios de produção contribuem para fortalecer o proletariado moçambicano, liderado pelo Partido FRELIMO. Essa dinâmica, nascida da luta multissecular das massas camponesas, é fundamental para a transformação da sociedade em direção à Sociedade Socialista. Além disso, os relatos das Zonas liberadas destacam a habilidade dos guerrilheiros da FRELIMO, apoiados pela população local, em empregar eficazmente técnicas de guerrilha para vigiar, perseguir e evadir-se.

“A Nação socialista pressupões uma unidade sempre mais perfeita mediante um crescimento ininterrupto do nível de consciência de classe de cada cidadão, tornando o homem livre, realizado finalmente como HOMEM COMUNISTA” (FRELIMO, 1967).

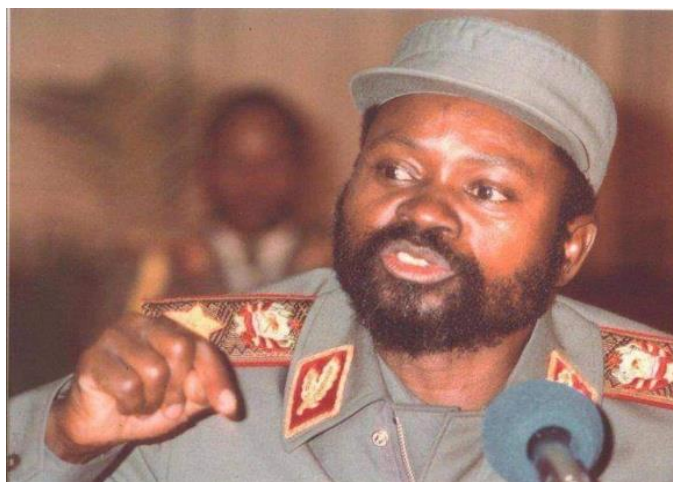
1.10. SOFRIMENTO DA LUTA

Experiência comum de sofrimento e luta compartilhada por diversos grupos na busca pela liberdade. Ao longo do processo, as diferenças entre o homem do Norte e do Sul, o maconde e o changane, desvanecem-se, revelando uma união profunda. A narrativa ressalta a compreensão mútua das vítimas do mesmo opressor, que se unem na mesma língua de combate, compartilhando canções, fome e alimentos. A luta armada emerge como catalisador da unidade nacional e de classe, dando origem a uma Nação moçambicana fundamentada na solidariedade e no combate contra a burguesia e feudalidade. Essa identidade dos protagonistas se forma, primordialmente, como trabalhadores conscientes de sua condição.

Aborda a tenaz luta contra tribalismo, racismo e regionalismo, destacando a importância de uma unidade fundamentada nos sacrifícios compartilhados na busca pela libertação. A Frente Popular de Libertação de Moçambique (FPLM) é apresentada como um símbolo dessa unidade, que transcende barreiras étnicas e geográficas. Enfatiza a formação de uma consciência nacional, forjada na luta pelo território e na descoberta de uma identidade comum. Além disso, destaca-se a FRELIMO como defensora da unidade contra o divisionismo, propondo a visão de uma Nação socialista como resultado da luta contra a opressão e exploração. O conceito de unidade é apresentado de maneira dinâmica, seguindo a lógica da unidade-crítica-unidade, refletindo o constante desenvolvimento individual e societal.

No dia 3 de fevereiro de 1969, o líder da FRELIMO, Eduardo Chivambo Mondlane, foi assassinado na Tanzânia pela PIDE. Samora Machel assumiu a liderança, conduzindo com sucesso a luta armada em Moçambique até a independência em 1975. Machel, mais “radical” que Mondlane, representava a ala militar da FRELIMO.

FIGURA 4- PRESIDENTE SAMORA MACHEL



FONTE: <https://www.gettyimages.pt.> fotos...>

O movimento incorporou elementos da identidade africana e adotou discursos marxistas na luta contra o colonialismo português. A reestruturação da FRELIMO forçou Portugal a adotar estratégias defensivas, contribuindo para a oposição à frente de libertação no pós-independência. Os portugueses buscaram apoio nas lideranças tribais, enquanto construíam a hidrelétrica de Cahora-Bassa no rio Zambeze para fortalecer a economia, mas essa ação permitiu à guerrilha se infiltrar ao sul. A FRELIMO, no entanto, evitou atacar a obra, reconhecendo sua importância para a economia pós-independência.

“A FRELIMO acreditava ser possível ignorar aqueles grupos que tinham sido fortemente associados ao regime colonial e falhou ao não perceber a latente e forte oposição que existia a sua tomada do poder.” (CHABAL, 2002, p.190).

1.11 OPERAÇÃO NO GÓRDIO

A Operação Nó Górdio, desencadeada pelo Exército Português em 1970 durante a Guerra Colonial em Moçambique, teve como objetivo principal derrotar a guerrilha da FRELIMO. No entanto, apesar de mobilizar trinta e cinco mil militares e durar sete meses, a operação não alcançou pleno sucesso. A estratégia de cerco visava isolar as bases guerrilheiras, mas a FRELIMO conseguiu manter sua atuação. O confronto revelou fissuras na Linha Política do movimento, dividindo-se em linhas revolucionária e reacionária.

Os revolucionários argumentavam que a produção dos bens alimentares, para além do que os camponeses necessitavam para a sua própria sobrevivência, devia ser coletiva. [...] As forças moderadas eram da opinião que nas zonas libertadas devia haver um sistema comercial privado, que comprasse os excedentes dos camponeses em troca de bens de consumo. (ABRAHAMSSON; NILSON, 1994, p.33)

FIGURA 5- OPERAÇÃO NÓ GÓRDIO



FONTE: <http://ultramar.terraweb.biz/nogordio.jpg>

1.12 REVOLUÇÃO DE CRAVOS E SUA REPERCUSSÃO NA LUTA ANTICOLONIAL MOÇAMBICANA

A Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, foi marcada pela surpreendente ausência de violência, sendo celebrada com flores entregues aos soldados rebeldes. O golpe militar, liderado pelos “capitães de abril,” resultou na queda da ditadura salazarista de 41 anos. A deposição do presidente Marcello Caetano em 25 de abril 1974 marcou um momento crucial na história portuguesa.

A instabilidade política em Portugal após a Revolução dos Cravos teve impactos em suas colônias, como Moçambique. As divergências no governo português quanto ao caminho a seguir em relação à disputa em Moçambique abriram espaço para a FRELIMO, levando à transferência imediata de poder sem eleições, conforme estabelecido no Acordo de Lusaka em setembro de 1974.

FIGURA 6- REVOLUÇÃO DOS CRAVOS



FONTE: <https://cdn1.newsplex.pt/fotos/2017/4/25/581058.jpg?type=artigo>

1.13. OS ACORDOS DE LUSAKA

Os Acordos de Lusaka, assinados em 7 de setembro de 1974, entre o Estado Português e a FRELIMO, marcaram um marco crucial na busca pela independência de Moçambique. Reconhecendo formalmente o direito à independência, esses acordos estabeleceram princípios como a transferência de poderes e a proclamação solene da independência em 25 de junho de 1975. Durante o período de transição, foi estabelecido um regime político-jurídico com base em uma bipartição de poderes entre o Estado português e a FRELIMO.

FIGURA 7- ASSINATURA DE LUSAKA



FONTE:<http://opais.sapo.mz/upload/files/2017/setembro/semana%202/lusaja.jpg>

1.14.PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

A proclamação da independência de Moçambique em 25 de junho de 1975 marcou o fim de um longo período de colonização pelo império português, que se estendeu do final do século XV ao início do século XVI. O conflito entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Estado Novo português começou em 1964, impulsionado pela recusa do reconhecimento das aspirações autonomistas e independentistas no território. A guerra colonial chegou ao seu término com o golpe militar de 25 de abril em Portugal. Os acordos de Lusaka, assinados em 7 de setembro de 1974, conduziram à transição administrativa de Moçambique para a FRELIMO, representando o povo moçambicano.

FIGURA 8-PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA



FONTE:<https://moznews.co.mz/wpcontent/uploads/2017/06/independencia-1024x688.jpg>

2. FRELIMO: LUTA E TRANSFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.

2.1. O INÍCIO DO CONFLITO EM MOÇAMBIQUE E A FORMAÇÃO DA FRELIMO.

O início do conflito em Moçambique, com a formação dos primeiros pelotões de combatentes moçambicanos na Argélia, após a independência deste país da França em 1962, servindo como exemplo para outras nações que buscavam a libertação nacional. A FRELIMO iniciou suas operações em 1964 na província de Cabo Delgado, com um efetivo inicial muito menor do que as forças portuguesas, mas gradualmente aumentando seu número de combatentes ao longo dos anos. Apesar da superioridade numérica das forças portuguesas, enfrentavam desafios significativos, incluindo a hostilidade da população moçambicana em relação aos portugueses. A FRELIMO, mesmo sendo minoritária em termos quantitativos, era composta por moçambicanos, o que lhe conferia uma base de apoio local mais sólida. Destaca a dinâmica inicial do conflito e a evolução das forças envolvidas ao longo do tempo. “Centro de Formação do Homem Novo” (VISENTINI, 2013, p. 361)

2.2. ESTRATÉGIAS DA GUERRA DA FRELIMO E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO COLONIALISTAS PORTUGUESAS.

A vantagem dos movimentos de independência, como a FRELIMO, residia em seu conhecimento do terreno, enquanto os portugueses lutavam em um território desconhecido. Isso conferia uma vantagem estratégica aos insurgentes. Segundo, a luta em Moçambique tornou-se um problema interno para Portugal, gerando despesas excessivas e falta de apoio da população metropolitana, especialmente devido à ditadura Salazarista desgastada. (VISENTINI, 2013).

FRELIMO adotou uma estratégia de guerrilha irregular, atacando e recuando estrategicamente para território seguro na Tanzânia. Isso lhes permitiu usar o tempo a seu favor, enquanto Portugal buscava sucesso rápido para evitar desmoralização e gastos excessivos. Além disso, a FRELIMO explorou a identidade étnica da população local para aumentar seu exército guerrilheiro, aproveitando o sentimento de pertencimento étnico. Obra de Cabaço (2007) apresenta uma análise profunda da guerra de libertação de Moçambique, destacando a interligação entre o tempo e o espaço físico nesse conflito. Como a guerrilha moçambicana ganhava terreno à medida que o tempo se prolongava, conquistando gradualmente território e apoio local. Por outro lado, as tropas portuguesas, inicialmente motivadas pela missão de reprimir a insurreição, passavam a desejar o término de seus serviços militares com o tempo (CABAÇO, 2007).

2.3. PERSPECTIVA POLITICA DA FRELIMO: GUERRA POPULAR PROLONGADA E RESISÊNCIA ÀS ESTRATÉGIAS COLONIALISTAS DE PORTUGAL.

A perspectiva política da FRELIMO, especialmente sua adoção da concepção de Guerra Popular Prolongada, foi influenciada pelo exemplo vitorioso de Mao Tse Tung, o líder comunista da Revolução Chinesa de 1949. Isso implicava não apenas na busca pela vitória territorial, mas também na disseminação de ideais e conscientização de classe entre os camponeses, visando conquistar o apoio da população para a luta armada (HOBBSAWN, 2008). A estratégia envolvia trabalho político e organização entre as massas, o uso de táticas de guerrilha e a criação de bases de apoio no campo. Contra essa estratégia de guerra popular prolongada, os portugueses buscaram conter o conflito por meio da construção de aldeamentos para confinar e controlar os nativos, uma estratégia remanescente do conflito no Vietnã (VISENTINI, 2013). O deslocamento forçado das populações locais configurou parte dessas estratégias da revolução anticolonial e da contrarrevolução colonialista (CABAÇO, 2007).

Esse, portanto, o contexto do conflito em Moçambique durante o período de luta pela independência contra Portugal. No campo da contrarrevolução, o exército colonial tinha como principal objetivo evitar o contato com os guerrilheiros apoiados pela população local, que serviam como recrutas para a FRELIMO. Para justificar a presença de aldeamentos, alegavam que eram para proteção e desenvolvimento socioeconômico, mesmo em meio à guerra. O assassinato de Eduardo Mondlane, em 1969, levou o exército português a lançar a operação “Nó Górdio” na tentativa de eliminar a FRELIMO, mas isso acabou sendo um fracasso. A morte de Mondlane gerou revolta e ampliou o apoio à guerrilha, levando à conquista de novas regiões e à criação de zonas libertadas. (LUIS, 2005). Sucessos da guerrilha, surgiram divisões internas em relação aos objetivos políticos. Alguns grupos apoiavam uma linha revolucionária socialista de libertação nacional, enquanto outros defendiam uma abordagem mais moderada, que não alteraria o modelo capitalista de produção no país.

Os revolucionários argumentavam que a produção dos bens alimentares, para além do que os camponeses necessitavam para a sua própria sobrevivência, devia ser coletiva [...]. As forças moderadas eram da opinião que nas zonas libertadas devia haver um sistema comercial privado, que comprasse os excedentes dos camponeses em troca de bens de consumo (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994, p. 33).

Destaca a trajetória política da FRELIMO em Moçambique durante o processo de independência. Inicialmente, a organização seguia diretrizes marxistas e de treinamento guerrilheiro com apoio de países socialistas, consolidando uma linha política revolucionária. No entanto, houve fissuras internas que resultaram em conflitos. Ressalta que a situação mudou favoravelmente para a FRELIMO após o adoecimento e morte de Salazar em 1970 e a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974.

A Revolução dos Cravos marcou o fim da ditadura salazarista e proporcionou à FRELIMO uma oportunidade única, com um efetivo militar consolidado. Enfatiza que a revolução em Portugal também desempenhou um papel crucial na transição para a independência de Moçambique, culminando no Acordo de Lusaka em 1974. No entanto, o presidente português da época buscava uma transição gradual, preparando o terreno para o pluripartidarismo e eleições em Moçambique (VISENTINI, 2013).

2.4. O CONTEXTO PÓS-REVOLUÇÃO DOS CRAVOS EA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE 1975.

O contexto pós-Revolução dos Cravos em 1975 foi o período no qual a FRELIMO assumiu o poder em Moçambique. O principal desafio do novo governo pós-colonial era alcançar estabilidade política e econômica. A agenda política da FRELIMO visava desmontar o antigo Estado colonial português e estabelecer um Estado-nação moçambicano, nascido das lutas em bases populares, com hegemonia campesina na condução das lutas de libertação nacional. Após décadas de luta, as forças da FRELIMO alcançaram a independência definitiva em 25 de julho de 1975, no 13º aniversário da organização. Os guerrilheiros deixaram as áreas de combate no interior e entraram nas principais cidades, assumindo o comando moçambicano. A liderança de Samora Machel se mostrou acertada ao confiar no sucesso da luta armada, uma vez que as forças nacionalistas superavam as capacidades militares coloniais em 1973. A independência de Moçambique em 1975 marcou o início de sua soberania internacional e nacional.

2.5. O PAPEL DE SAMORA MACHEL NA CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

Deve-se destacar o papel crucial de Samora Machel na consolidação da independência de Moçambique e seu papel como líder e porta-voz da nação. Uma das responsabilidades fundamentais de Machel era a formulação das diretrizes educacionais para moldar o “novo homem” da luta e do ideal socialista de um ex-colônia transformada em nação africana recém-independente. Essa estratégia política estabeleceu a educação como uma arena importante na batalha ideológica da nova nação. “Unir todos os moçambicanos, para além das tradições e línguas diversas requer que na nossa consciência morra tribo para que nasça a Nação” (MACHEL, 1978 apud MACAGNO, 2009, p. 21).

Da Colônia do Império Português à Nação africana, portanto. É notável que Moçambique, devido à sua diversidade étnica e linguística, tenha escolhido o português como língua oficial no cenário pós-colonial. Essa escolha foi feita para evitar a intensificação de conflitos entre os diferentes grupos étnico-linguísticos do país, apesar das tensões que isso poderia causar. A decisão de adotar o português como língua oficial desempenhou um papel significativo na construção da identidade nacional e na busca da unidade em um contexto diversificado, em uma sociedade pluriétnica mas que, enfim, teria que se estruturar nacional e internacionalmente como um Estado-nação independente.

O enorme desafio histórico condensou uma complexa tarefa de construir uma identidade nacional em Moçambique após a era colonial (MACGANO, 2009), destacando-se a necessidade de transcender as diversas línguas e culturas étnico-tribais para forjar uma unidade nacional.

2.6. A TRANSFORMAÇÃO DA FRELIMO: DE GRUPO GUREIRO A UM PARTIDO MARXISTA-LENISTA EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL.

A transformação da FRELIMO de um grupo militar a um partido marxista-leninista demarcou uma mudança ideológica importante em sua trajetória política. Essa mudança trouxe consigo um forte centralismo político e econômico, justificado pela necessidade de manter a unidade no país (GÓMEZ, 1999). A FRELIMO seguiu o modelo bolchevique de partido marxista, com um centralismo-democrático e o presidente Samora Machel como líder máximo. Isso estabeleceu a prática marxista ortodoxa como a base da política e do ideal do “novo homem” a ser seguido. A FRELIMO também adquiriu posição de partido/Estado, em linha com outros países que adotaram o marxismo-leninismo como política oficial após a Segunda Guerra Mundial. Samora Machel compartilhou dos princípios marxistas, de sua teoria política e prática de luta, destacando-se como um importante líder político que exemplificou o conceito do “homem novo” durante o processo de libertação nacional em Moçambique. Esse conceito, inspirado no marxismo-leninismo, buscava moldar uma nova identidade nacional e uma nova consciência entre os guerrilheiros e camaradas de armas, libertando-os do domínio colonial português.

“Bem”, disse o Presidente, “quando era jovem costumava ajudar o meu pai, que era Camponês”. Criticou o fato que os camponeses africanos recebiam preços muito mais baixos pelos seus produtos que os colonos portugueses, e falou das várias facetas da exploração que testemunhou como criança. Ziegler, um sociólogo, perguntou a Samora Machel sobre quando ele havia lido “Marx pela primeira vez?” “Bem”, disse Samora, “mais tarde na vida juntei à FRELIMO e tomei parte na luta armada”, falando na sequência sobre os conflitos políticos dentro do movimento, como a história de Ncavandame e dos novos exploradores. O sociólogo Ziegler insistiu em sua pergunta: “Sim, sim, mas ainda não me disse quando foi a primeira vez que leu Marx”: “Ah, isso”, disse Samora. “Durante a luta de libertação alguém me deu um livro de Marx. À medida que o lia, apercebi-me que lia Marx pela segunda vez (CHRISTIE, 1996 apud MACAGNO, 2009, p. 24).

2.7. OS DESAFIOS ECONÔMICOS NA CONSTRUÇÃO DO HOMEM NOVO MOÇAMBICANO

No aspecto econômico, a FRELIMO, liderada por Machel, concentrou esforços na agricultura, promovendo a criação de machambas estatais e aldeias comunais como parte da construção desse “homem novo”. As machambas estatais visavam produzir bens para exportação e suprir as necessidades alimentares, enquanto as aldeias comunais buscavam melhorar a qualidade de vida das famílias. (ABRAHAMSSOM; NILSSON, 1994). Entretanto, a

construção dessa nova nação sob o ideal do “homem novo” também gerou conflitos, tanto internos quanto externos. Os inimigos internos eram moçambicanos que não se conformavam com as diretrizes disciplinares da FRELIMO, enquanto os inimigos externos representavam desafios adicionais (MACAGNO, 2009).

O contexto histórico de Moçambique após sua independência, descrevendo a tentativa de construir um novo modelo socialista e a luta contra adversários internos e externos, foi disputado pela FRELIMO contra a RENAMO. Internamente, o “personagem” que representa o paradigma do bêbado, corrupto e explorador contrasta com a visão do “novo homem moçambicano socialista”. A Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) surge como um inimigo anticomunista deletério, enquanto o país busca apoio da União Soviética. No entanto, essa escolha causou a perda do apoio chinês e norte-coreano. Tratou-se de um cenário com o líder Samora Machel buscando construir uma nação socialista em meio a conflitos da FRELIMO com a RENAMO.

A turbulenta história de Moçambique, onde a FRELIMO e a RENAMO se enfrentaram em uma luta que, com o apoio de várias potências, mergulhou o país no caos até a década de 1980. A FRELIMO, que inicialmente buscava forjar um “novo homem” sob ideais marxista-leninistas, viu seu projeto pedagógico e político erodir devido a divergências internas e à pressão da RENAMO, que tinha apoio dos EUA e da África do Sul. Além disso, a erosão dos apoios internacionais, incluindo o da URSS, devido às mudanças na Guerra Fria e à Perestroika de Gorbachev, enfraqueceu Moçambique. A RENAMO invadiu o país com o respaldo de vizinhos, contribuindo para o colapso da FRELIMO. Fatores como crise política, uma seca devastadora em 1984 e a exaustão do modelo proposto pela FRELIMO também agravaram a situação. Retrata a complexidade das forças geopolíticas, econômicas e internas que levaram Moçambique há uma década tumultuada, caracterizada por conflitos, pobreza e a erosão dos ideais comunistas. (VISENTINI, 2013).

3. RENAMO: UMA JORNADA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

3.1. CRÍTICAS DE AFONSO DHKAMA À FRELIMO E SAMORA MACHEL

A RENAMO, inicialmente um movimento anticomunista desestabilizador apoiado por estrangeiros, transformou-se em um movimento armado autossustentável, defendendo uma clara dimensão ideológica e política. A RENAMO adotou a democracia multipartidária como o cerne de sua estratégia política enquanto na guerra teve material bélico fornecido por parte das forças armadas da África do Sul (PINTO, 1994). Esse conflito se espalhou por todo o país, com a RENAMO ganhando controle sobre uma parcela significativa do território moçambicano e contando com um grande contingente de combatentes, atingindo 20 mil guerrilheiros, em um país com uma população de cerca de 5 milhões de habitantes. Esse fato levou a FRELIMO, o partido no poder, a ser pressionada pela comunidade internacional para que entrasse em negociação com o objetivo de encerrar o conflito e discutir o sistema político (PINTO, 1994).

3.2. A EVOLUÇÃO DAS DINAMICAS POLITICAS E CULTURAIS EM MOÇAMBIQUE.

Um período crucial na história de Moçambique foi o da morte de Samora Machel em 1986. Sua morte trouxe uma mudança na abordagem do conflito no país, passando da guerra para o diálogo com o governo de Joaquim Alberto Chissano. Enquanto Samora Machel acreditava na vitória através do combate, o governo de Chissano iniciou contatos com vários atores, incluindo a África do Sul e organizações religiosas, na busca pela paz. Também destaca a transição do socialismo de Estado para o capitalismo em Moçambique, o que ocorreu em resposta às demandas da RENAMO, um grupo rebelde anticomunista ativo na guerra civil. Essa transição marca uma mudança significativa na política e na economia do país. A morte de Samora Machel desencadeou uma série de mudanças e esforços diplomáticos na busca da paz.

3.3. OBJETIVOS DA RENAMO NA GUERRA CIVIL E A LUTA PELO PODER EM MOCAMBIQUE

A RENAMO desencadeou a guerra civil em protesto ao regime comunista marxista de Moçambique. Em sua conferência de 1989, a RENAMO visava mobilizar apoiadores e conquistar mais poder ao mesmo tempo, a FRELIMO procedeu a uma mudança de atitude, em busca de negociações de paz.

Essas ações visavam construir um governo moderno que considerasse a diversidade cultural e étnica de Moçambique, dada a presença de mais de 10 grupos étnicos no país. O autor Marçal Menezes de Paredes questiona a relação entre as identidades étnicas pré-coloniais e o espaço político-territorial pós-colonial, apontando fragilidades nessa conexão. (PAREDES, 2014)

3.4. IDENTIDADE ÉTNICAS, POLÍTICAS PÓS-COLONIAL E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO DIVERSIFICADA.

A RENAMO como um movimento político que surgiu como resultado dos conflitos étnicos em Moçambique, destacando a importância da compreensão da realidade histórica e cultural do país para o seu desenvolvimento (ROESCH O, 1989,p. 34). Menciona que a falta de consideração desses fatores impediu o progresso econômico, político e tecnológico, resultando em Moçambique sendo classificado como um dos países mais pobres da região. Além disso, o texto aborda as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Moçambique, ressaltando que o Departamento de Estado dos EUA se recusou a oferecer apoio ou reconhecimento à RENAMO. Isso é contrastado com a denominação das forças de oposição como “bandidos”, enquanto as forças de resistência da RENAMO também são tratadas da mesma forma. No entanto, a RENAMO busca um ambiente equilibrado, tanto na imprensa quanto no âmbito diplomático, conforme as fontes citadas. (CAHEN, 1985).

Evidenciada a visão política da RENAMO em contraposição à “1ª República de Moçambique”. A RENAMO valoriza a identidade étnica e cultural, em oposição à 1ª República que adotou a política do “homem novo” (PAREDES, 2014). A 1ª República é descrita como uma ditadura Frelimista em que o poder estava concentrado no partido e seus líderes, com pouca consideração pelas vontades do povo. Essa abordagem parece ter perdurado nas instituições públicas e privadas. O artigo 3º da antiga constituição é citado como exemplo, destacando a influência da FRELIMO na orientação política do Estado. Aponta para a diferença de abordagem entre a RENAMO e a 1ª República de Moçambique em relação à participação popular e à preservação da identidade cultural.

Discute a natureza do governo presente na Constituição mencionada, destacando que não se tratava de um sistema socialista, mas sim de um governo totalitário e ditatorial que não permitia a expressão das opiniões dos cidadãos. Menciona também as ações repressivas do presidente Samora Machel, que fundou campos de reeducação para prender e fuzilar críticos e opositores, fortalecendo sua política ditatorial (CAHEN e MENDONÇA, 1994)

3.5. A HISTÓRIA PÓS-INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE DESAFIOS DA INCLUSÃO POLÍTICA E DA IGUALDADE ECONÔMICA.

Lançando luz à história de Moçambique após a independência do colonialismo português, é importante destacar a falta de inclusão política e de igualdade econômica, o que levou o país a enfrentar desafios significativos em um curto período de tempo. Destaca-se o surgimento da RENAMO como um movimento político, crítica da falta de participação ativa dos moçambicanos em sua própria história, especialmente após a Constituição de 1975. A sociedade moçambicana é retratada como tendo sido tratada como passiva, com os libertadores tomando decisões em nome de todos. Ngoenha enfatiza que, por trás das aparências políticas, há um problema de caráter existencial, indicando que o país enfrenta desafios profundos em sua busca por uma identidade política e social. Analisando a trajetória de Moçambique após a independência, destaca Ngoenha a necessidade de uma participação mais ativa dos moçambicanos em sua própria história, configurando-se o desafio de definir um projeto de sociedade que reflita as aspirações do povo com participação ativa (NGOENHA, 1994, p. 8).

A importância da escolha do modelo político e constitucional em Moçambique deve ser vista não apenas como uma questão técnica, mas como determinante para o futuro e à história do país. A necessidade de criar uma sociedade com um futuro melhor do que o presente, uma República partilhada, em linha com a estrutura federativa dos antepassados moçambicanos, Ngoenha ressalta a falta de participação política histórica do povo moçambicano, desde a ditadura até a democracia, o que contribuiu para a popularidade da RENAMO nas zonas rurais. FRORÊNCIO coloca uma referência à manipulação de conflitos e divergências pela RENAMO para seu próprio benefício, aproveitando o descontentamento existente. Destaca-se que muitas autoridades tradicionais e linhagens descontentes com o governo se aliam à RENAMO, exceto a população da zona sul, devido à sua inclinação histórica com a FRELIMO (FLORÊNCIO, 2002).

Deve-se ressaltar como aspecto importante da história de Moçambique o recrutamento de jovens pela RENAMO, muitas vezes por meio do rapto de adolescentes em aldeias. Esses recrutas eram submetidos a experiências de choque para prepará-los para o combate. Além disso, importa levar em conta a importância de desenterrar a verdadeira história de Moçambique como base para a reconstrução da democracia no país. (CRUZ, 2008, p.346).

A Assembleia Popular é o órgão supremo do Estado na República Popular de Moçambique. A Assembleia Popular é o mais alto órgão legislativo da República Popular de Moçambique. Até ulterior definição da composição e dos critérios de eleição dos membros da Assembleia Popular, esta será constituída pelos seguintes membros: 1. Os membros do Comitê Central da FRELIMO; 2. Os membros do Comitê Executivo da FRELIMO; 3. Os Ministros e Vice-Ministros do Governo da República Popular de Moçambique; 4. Os governadores provinciais; 5. Membros escolhidos pelo Comitê Central da FRELIMO de entre os quadros das forças Populares de Libertação de Moçambique; 6. Dois representantes por províncias das organizações democrática de massas, indicados pelo Comitê Central da FRELIMO; 7. O Membros escolhidos pelo Comitê Central de entre os quadros da FRELIMO; 8. Um máximo de dez cidadãos indóneos escolhido pelo Comitê Central da FRELIMO (ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 1975)

Em 1975, Moçambique foi governado pelo líder André Matsangaisse, governo que criou descontentamento interno entre o povo moçambicano. Vários opositores, incluindo figuras proeminentes como o chefe Maconde, Lazaro Kavandame, Reverendo Urias Simango, Padre Mateus Gwengere, Paulo Gumane e outros, foram presos e mortos para dar lugar ao governo de Samora Machel e seu vice-presidente Marcelino dos Santos. Este novo governo buscava implementar um governo único da etnia Changana, do sul de Moçambique, visando eliminar a diversidade cultural e religiosa, promovendo a ideia do “homem novo”. No entanto, por trás desse discurso, havia a realidade de uma ditadura militar e de um regionalismo étnico que buscava dominar o país, o que permite entrever a complexidade e os enormes desafios de Moçambique.

Roesch para compreender a estrutura política da 1ª República, assim, é preciso ter em conta que ela impediu a efetivação de um processo democrático, mesmo antes do acordo de Lusaka (ROESCH O, 1989, p. 138). O governo da república se inicia com prisões e execuções extrajudiciais de opositores, forçando o deslocamento de diversas categorias de moçambicanos, como idosos, deficientes físicos e psicológicos, crianças de rua, testemunhas de Jeová, homossexuais, militares portugueses, muçulmanos, entre outros. Esses métodos brutais lembram os horrores do regime hitleriano, com pessoas sendo abatidas, queimadas ou até enterradas vivas em locais como o gulag N’telela, Auschwitz moçambicano no Niassa e Nachingwea, na Tanzânia, sob o argumento de estar sendo cumpridas sentenças da “justiça popular”. Como resultado dessa política de terrorismo político, surgiu uma oposição armada liderada pelo RENAMO, sob o comando de André Matsangaisse, que se originou na província de Manica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diante do exposto, pretende-se ter demonstrado a importância dessa história de luta anticolonialista e de libertação nacional que o povo moçambicano empreendeu durante a Guerra Fria global. É crucial estudar a Independência de Moçambique, nesse sentido, para compreender em maior profundidade a história e o desenvolvimento desse país e povo da África. Analisar os eventos que levaram à independência nacional, os desafios enfrentados durante a guerra civil e a montagem de um regime político de Estado pós-colonial, como visto, moldaram uma nova nação africana. Espera-se, assim, ter contribuído para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas políticas, sociais e econômicas locais. Além disso, busca-se contribuir para que o conhecimento desse processo histórico promova uma melhor apreciação das lutas pela autodeterminação e da diversidade de experiências vivenciadas por diferentes atores dessa história e luta.

FONTS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-2007>. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ABRAHAMSSON, H.; NILSSON, A. Moçambique em Transição: um estudo de história de desenvolvimento durante o período 1974 – 1992. Maputo: CEGRAF, 1994. CABAÇO, J. L. de O. Moçambique: identidades, colonialismo e libertação.

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. Moçambique em transição: um estudo de história de desenvolvimento durante o período 1971-1992. Maputo: CEGRAF, 1994." (Abrahamsson; Nilsson, 1994, p.33).

BOBBIO, N. Liberalismo e democracia. Tradução de M. A. Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1988. CAHEN, Michel "État et pouvoir populaire au Mozambique", Politique Africaine (Paris, Karthala), 1985, Boulder, Colorado, 1987)

CABAÇO, José Luis de Oliveira. Moçambique: identidades, colonialismo e libertação. Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo, Universidade de São Paulo (USP)". (Cabaço, 2007, p.362-3).

CAHEN, Michel e MENDONÇA, A. Fá tima. Resistência Nacional Moçambicana. Geschichte – 1994 Constituição da República de 1975 art 3º e 37º imprensa nacional de Moçambique, 1975 Cambridge University Press, 1976.

CHABAL, Patrick; *et al.* A History of postcolonial Lusophone Africa. London; Hurst & Company." (Chabal, 2002, P.190);

COMITINI, C. Amílcar Cabral: a arma da teoria. Rio de Janeiro: CODECRI, 1980. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE DE 20 DE JUNHO DE 1975, imprensa nacional de Moçambique

"COUTO, Mia, A memória de Ngungunhane foi concebida para promover a unidade Nacional". (O Escritor moçambicano Mia Couto, 2018);

CRUZ, D. Para Onde Vai Angola: A Selvajaria Apocalíptica onde Toda Perversidade é Real: Vol. I, edições Mulemba, Luanda, Angola; 2008

Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Enciclopédia Livre, <https://PT.wikipédiaorg.wiki/> Distritos de Moçambique por Província; <https://Mozteorico.Blogspot.Com>; [https://Wikipédia.org Moçambique](https://Wikipédia.org/Moçambique) e <https://apsaber.blogspot.com/2016/09/hidrografia> de Moçambique.html do dia 19.04.2019;

Estatutos da RENAMO publicado pela RENAMO em 1989.

Experiências e impactos internacionais. Porto Alegre: Leitura XXI; UFRGS/ NERINT, 2013.

FLORENÇO, Fernando. Cristian Geff ray e a Antropologia da Guerra. Ainda a propósito de lá cause dêz armes au Mozambique Etnográfi ca. Volume VL, N. 2. Revista do Centro de Estudo em Antropologia. Novembro de 2002.

FRANCO, P. F. C. Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida. 2009.

FRELIMO, Nas zonas liberadas, as massas camponesas lançaram as bases da nova sociedade, a qual ajudava à FRELIMO, o transporte de material bélico e gêneros alimentares". (FRELIMO, 1967);

FRELIMO, Criação de normas de controlo, visando garantir a melhor vigilância no seio das zonas liberadas. (FRELIMO, 1967).

FRELIMO, Liberdade de Moçambique". (FRELIMO, 1962);

FRELIMO, O primeiro congresso da FRELÍMO, foi realizado no dia 23 a 28 de setembro de 1962, em Dar-Es-Salaam na Tanzânia, onde a FRELIMO oficializou o movimento que acabava de ser criado". (FRELIMO, 1977, p.24);

"FRELIMO, Os princípios socialistas, permitiram, para a formação dos guerrilheiros da FRELIMO, consolidando o comunismo." (FRELIMO, 1967);

FRELIMO, Povo Moçambicano como elemento determinante para a manutenção e purificação da FRELIMO (FRELIMO, 1967);

FRELIMO, Primeiro congresso." (FRELIMO, 1962);

FRELIMO, Sistema de planejamento das atividades nas zonas liberadas para o asseguramento da vida da população. (FRELLIMO, 1967);

FRELIMO, União dos três movimentos sendo UDENAMO, MANU e UNAMI, para a fundação DA FRELIMO em Dar-Es-Salaam, na Tanzânia, em 25 de Junho de 1962. (FRELIMO, 1962);

Global.html>. Acesso em: 28 nov. 2023.

GOMES, Carlos de Matos (2002). Moçambique (1970): Operação Nó Górdio. Lisboa: (Prefácio. 76 pág);

GÓMEZ, M. B. Educação Moçambicana – História de um Processo: 1962-1982. Maputo: Livraria Universitária, 1999.

HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios: 1875-1914. 22. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016

HOBSBAWN, E. A era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Jornal Lusa da RTP em 05 junho, 2015, 10:50

LUIS, A. J. Políticas do banco mundial para a educação básica Moçambicana – 1985 – 2000. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MACAGNO, L. Fragmentos de uma imaginação nacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 18 – 35, 2009.

MAMIGONIAN, B. G. José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da Abolição. Topoi, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 75 – 91, 2010.

MAQUIAVEL, N. O príncipe: escritos políticos. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Militância nacionalista em Moçambique. Topoi, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 86 – 104, 2013.

MILL, John Stuart. Considerações sobre o governo representativo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MOIANE, José. Memórias de um Guerrilheiro. Maputo: King Ngungunhane Institute. 2009.

MONDLANE, E. Lutar por Moçambique. Maputo: [s.n.], 1995.

MONDLANE, Eduardo Chivambo. Lutar por Moçambique, declaração da luta Armada." (Mondlane, 1975:68);

MONDLANE, Eduardo Chivambo. Lutar por Moçambique. Maputo. (Mondlane, 1995, p.114); MSABAHA, Ibrahim S. R., and Shaw, Timothy M. Confrontation and Liberation in Nacional." (FRELIMO, 1967);

Nacional." (FRELIMO, 1967); "Sistema de planejamento das atividades nas zonas liberadas para o asseguramento da vida da população". (FRELIMO, 1967);

NGOENHA, S. Elias. Filosofia Africana: Das Independências as Liberdades, ed. Paulistas, Maputo, 1994.

Oliveira P. Renamo: Uma Descida ao Coração das Trevas, Lisboa: Europress.2006.

PACHINUAPA, R., LIPHOLA, M., & Tiago, P. Moçambique: 40 Anos de Independência e Soberania. Maputo. Nachingwea Editores, 2015.

PACHINUAPA, Raimundo Domingos. Do Rovuma ao Maputo: a marcha triunfal de Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique. Maputo". (2005; 12);

PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. Anos 90, Porto Alegre, 2014.

PEREIRA, M. S. Batuques negros, ouvidos brancos: colonialismo e Homogeneização de práticas socioculturais do sul de Moçambique (1890-1940). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 39, n. 80, p. 155 – 177, 2019.

PINTO, Jaime Nogueira. Jogos dos africanos. Lisboa, Portugal. 1994.

RANKING IDH Global. PNUD Brasil, [online], 2014. Disponível em: Review of Books, Dezembro. 1989.

RIBEIRO, L. D. T. Descolonização da África e da Ásia. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 33, p. 53 – 86, 2003.

Rio de Janeiro: Graal, 1982. COELHO, J. P. B. Política e história contemporânea em Moçambique: dez Notas epistemológicas. Revista História (São Paulo), São Paulo, n. 178, p. 01 – 19, 2019.

ROESCH O. 'Is Renamo a Popular Movement in Mozambique? Southern African.

SARTORI, G. Parties and Party Systems: A framework for Analysis. Cambridge: Southern Africa: Regional Directions after the Nkomati Accord. Westview Press, STV, entrevista ao Afonso Dlhakama como presidente da RENAMO, 2014

THOMAZ, F. N. Disciplinar o "indígena" com pena de trabalho: políticas Coloniais portuguesas em Moçambique. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 313 – 330, 2012.